

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA**  
**CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**JÉSSICA DE OLIVEIRA LOPES**  
**VIRNA FREITAS DE SOUZA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCIPAIS DIFICULDADES E AS POSSÍVEIS  
COLABORAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA**

**VOLTA REDONDA**

**2017**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA**  
**CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCIPAIS DIFICULDADES E AS POSSÍVEIS  
COLABORAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física como requisito à obtenção do título de Professor de Educação Física.

Alunas: Jéssica de Oliveira Lopes e Virna Freitas de Souza

Orientadora: Prof. Me. Andréa Oliveira Almeida

**VOLTA REDONDA**

**2017**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Alunas:

Jéssica de Oliveira Lopes

Virna Freitas de Souza

Título do artigo:

**INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCIPAIS DIFICULDADES E AS POSSÍVEIS  
COLABORAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA**

**Orientadora:** Prof. Me. Andréa Oliveira Almeida

Banca Examinadora

---

Prof. Me. Andréa Oliveira Almeida

---

Prof. Me. Rodolfo Silva Guimarães

---

Prof. Me. Sérgio Eduardo Santos de Moura

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela graça de concluir este trabalho, à Professora Orientadora Andréa pela sua disposição, empenho e dedicação para com este trabalho. Agradecemos também aos professores do curso de Educação Física do UniFOA que estiveram presentes e doando um pouco de seu conhecimento a cada uma de nós.

## RESUMO

É possível identificar que o processo de inclusão escolar gerou vários impactos na educação brasileira. Através do estudo realizado, nota-se que os deficientes eram discriminados e excluídos. Atualmente mudou-se a visão sobre os mesmos e a partir de então tiveram seus direitos garantidos por lei, apesar de não funcionar muito bem na prática. Sendo assim, houve um grande interesse de nossa parte pelo assunto, e iniciamos assim nossa pesquisa. O presente artigo tem por objetivo observar as dificuldades encontradas nas redes regulares de ensino ao receberem alunos com algum tipo de deficiência, e como a Educação Física pode colaborar para esse processo de inclusão escolar. Os filtros de pesquisa para artigos e periódicos foram de 17 anos atrás, e o *Google Acadêmico*, onde foram encontradas diversas bibliografias com bases científicas referenciadas. Este tema mostra ser de suma importância devido à precariedade de estudos nesta área, refletindo-se as dificuldades físicas e pedagógicas no meio escolar. Com isto, chegamos à conclusão de que o ambiente escolar precisa de uma estrutura adequada e os professores de uma capacitação para atender alunos deficientes, para que de maneira inclusiva possam envolver a todos igualmente.

**Palavras chaves:** Educação física, educação inclusiva, infraestrutura e pessoa com deficiência.

## **ABSTRACT**

It is possible to identify that the school inclusion process generated several impacts on Brazilian education. Through the study, note that the disabled were discriminated against and excluded. Currently they have changed their vision about them and since then they have had their rights guaranteed by law, although they do not work very well in practice. Thus, there was great interest on our part, and we began our research. The purpose of this article is to observe the difficulties found in regular education networks when receiving students with some kind of disability, and how Physical Education can contribute to this process of school inclusion. The search filters for articles and journals were 17 years ago, and Google Scholar, where several bibliographies with scientific bases were found. This subject is of great importance due to the precariousness of studies in this area, reflecting the physical and pedagogical difficulties in the school environment. With this, we come to the conclusion that the school environment needs an adequate structure and teachers of capacitation to attend disabled students, so that in an inclusive way they can involve everyone equally.

**Keywords:** Disabled person, Physical Education, Inclusive Education and Infrastructure.

## INTRODUÇÃO

A realidade de exclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência física ocorre desde a socialização do homem, até nos tempos atuais. Em todos os ambientes podemos presenciar algum tipo de preconceito: no trabalho, nas ruas, no meio familiar, e principalmente na escola, o que acaba privando das oportunidades e benefícios da vida social. Podemos entender que exclusão é tudo ou toda pessoa que não se encaixa na sociedade, se caracterizando pela ação de afastamento de alguns indivíduos.

“A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. A literatura clássica e a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas.” (MACIEL, 2000, p.5)

Ultimamente, algumas ações de pais e de professores contribuem com a promoção e a inclusão nas escolas. Visando beneficiar e incluir pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade, aumentando o convívio social das mesmas, tendo como objetivo o respeito dos colegas e desempenho da noção de que todos somos normais. Temos o registro ocorrido em junho de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial de Educação Especial, onde participaram 88 países, com o objetivo de buscar um acordo para a formatação de uma política de integração e educação inclusiva. Através deste evento, foram transcritas questões para mudanças da realidade, como:

- “- toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; - toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades.” (MACIEL, 2000)

Como podemos observar, toda criança tem direito à educação, independente se possui alguma deficiência ou não. Cada tipo de deficiência gera

um tipo de reação e comportamento. As deficiências físicas, como paralisias ou ausência de membros, causam mais impacto e estranhamento por ser de maior visibilidade. Já a deficiência mental e auditiva, não causam tanto impacto no primeiro momento, por serem pouco percebidas visualmente. Num ambiente escolar, ou em um local onde se encontram muitas crianças, pela falta de maturidade ou informação, o deficiente é encarado e até mesmo questionado por sua aparência.

A escola como espaço de inclusão social das crianças tem sido um grande desafio, sendo alvo de muitos debates e questionamentos. Tanto para os professores, quanto para os familiares. Pelo fato de existirem diversos fatores que dificultam o acesso à escola, como a arquitetura do espaço, transporte, disponibilidade de alguém para acompanhá-lo, experiências, etc. E acima de tudo, há pouca preparação e conhecimentos dos educadores para lidar adequadamente com as necessidades daquele aluno.

Ao ingressarem nas escolas, é necessário que faça uma análise sobre o ambiente escolar: se oferece recursos audiovisuais, se foram retiradas barreiras que poderiam possibilitar um tropeço e conseqüentemente uma queda, se os profissionais estão suficientemente capacitados para lidar com a realidade dos alunos, afim de que ajam com respeito e consideração.

Para que ocorra a inclusão do aluno com o professor e vice-versa é importante que o professor, e os demais profissionais da escola, tenham conhecimento sobre a deficiência e as necessidades dos alunos, para que saibam lidar e agir em determinadas situações, passando segurança tanto para o aluno, quanto para os alunos de classe e seus familiares.

A Educação Física Adaptada foi incluída oficialmente nos cursos de graduação através da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, que possibilita a atuação com o deficiente físico, deixando claro que muitos profissionais que atuam nas escolas não receberam durante sua formação ensinamentos que pudessem contribuir para sua vivência com pessoas deficientes.

O estudo tem como justificativa a necessidade de inclusão na escola e a melhoria na estrutura física e pedagógica do meio escolar, pois a escola demonstra uma falta de preparação quando se trata de alunos com alguma deficiência. Possui relevância na medida em que o preconceito vem privando a aceitação de crianças deficientes em determinadas escolas pela falta de preparação dos profissionais que ali trabalham, especialmente professores que lidam diretamente com os alunos.

Tem, portanto como objetivo geral tratar do tema da infraestrutura e a inclusão do deficiente no espaço escolar e como a Educação Física pode contribuir para esse processo, pois atualmente o ambiente escolar constata não estar pronto para receber e atender alunos com deficiência, precisando então fazer adaptações e formular recursos pedagógicos adequados, para que de maneira inclusiva os alunos possam se desenvolver totalmente.

O presente trabalho foi dividido em quatro tópicos sendo eles: Pessoas com deficiência, A inclusão social nas escolas, As dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar, Educação física como processo de inclusão, além das Considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um artigo cujo método utilizado foi de pesquisa bibliográfica descritiva. Como procedimentos para seleção dos trabalhos, adotamos os termos descritos: pessoas com deficiência, inclusão escolar e educação física inclusiva.

Os filtros para publicações foram de até 17 anos atrás para livros, artigos e periódicos. A principal ferramenta para as consultas eletrônicas fora o *Google Acadêmico*, que reúne diversidades em bibliografias e periódicos entre outras bases científicas referenciadas.

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Segundo dados do IBGE de 2000, o Brasil apresenta aproximadamente 14,5% de sua população total com algum tipo de deficiência, e boa parte dessa população em idade escolar encontra-se matriculada em algum sistema de

ensino, sendo justificado pelas mudanças ocorridas através das leis que garantem direito a educação, garantindo acesso que todas as crianças tenham acesso as escolas da rede pública de ensino, sendo elas pessoas com necessidades educacionais especiais ou não.

As pessoas com deficiência já sofreram todo tipo de preconceito e desrespeito. Por muitos séculos, as pessoas com deficiência eram vistas e chamadas de inválidas, o que significa indivíduo sem valor, tidas como inúteis e um “peso” para suas famílias e para a sociedade, além de não possuírem os corpos perfeitos para lutarem nas guerras. Após a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, passaram a ser chamados pela mídia de “incapacitados”, que não eram capazes de realizar determinada atividade. Já foram vistos como bobos da corte, diabólico, mas graças ao avanço da tecnologia e descoberta dos cientistas, a deficiência passou a ser associada a causas naturais.

Com o passar dos tempos, a sociedade passou a reconhecer que as pessoas com deficiência poderiam ser capazes de realizar atividades, mesmo com algum tipo de restrição. Porém, nos tempos atuais, as pessoas com deficiência não estão totalmente livres de julgamentos e preconceitos. Esse evento acontece até mesmo nos espaços escolares, onde os professores, habituados a lidar com pessoas sem deficiência, se encontram perdidos quando aparece esse desafio em suas vidas profissionais, resultado da falta de preparação e conhecimento do corpo docente, sendo necessário para que seja realizado um trabalho igualitário para todos os alunos.

Ao final da década de 50, foi criada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), hoje em dia substituída a palavra defeituosa por deficiente. Na mesma época, surgiram as primeiras escolas denominadas APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Ficou definido o ano de 1981 como o ano internacional das Pessoas Deficientes, pela ONU, o que fez com que as pessoas começassem a chamar os deficientes de “pessoas deficientes”. A partir dessa terminologia, foi atribuído o devido valor as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, igualando seus direitos aos de uma pessoa sem deficiência.

No início da década de 90, começou a ser contestada a expressão “pessoa deficiente”, tendo como argumento que ela significava que a pessoa por inteiro era deficiente. Sendo modificado para “pessoas portadoras de deficiência” nos países de língua portuguesa. Com a lei do menos esforço, a terminologia foi reduzida para “portadores de deficiência”. A expressão foi seguida pela Constituição Federal e em todas as leis de políticas públicas.

Como princípios básicos para os movimentos terem definido essa terminologia, podemos citar alguns motivos como não camuflar e mostrar com dignidade a realidade da deficiência, valorizar as diferenças decorrentes da deficiência, identificar nas diferenças todos os direitos que lhe são garantidos e a partir daí, diminuir todas as restrições de participação.

Todas essas terminologias se modificam muito, atualmente a expressão utilizada é pessoa com deficiência.

## **A INCLUSÃO SOCIAL NAS ESCOLAS**

A inclusão e presença de alunos com deficiência nas escolas regulares é uma realidade que deve ser encarada tanto pela sociedade, quanto pelos funcionários das escolas.

“Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis da educação independente de suas diferenças ou dificuldades individuais, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, respeitando a diversidade inerente à espécie humana.”  
(SILVA, 2011, p.23)

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”, e no parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.”

A inclusão social feita nas escolas, fortalecida pela Declaração de Salamanca, que foi um documento mundial escrito no ano de 1994, com o objetivo de direcionar vários países sobre como realizar a promoção das pessoas com deficiência como cidadão, estimulando também uma série de documentos

internacionais, não é suficiente para que as pessoas com algum tipo de deficiência estejam impunes a qualquer tipo de preconceito e vítimas de bullying, pelo fato da exclusão vir acontecendo muito antes do período de escolarização, “iniciando-se no nascimento ou exatamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família” (MACIEL, 2000).

As suposições da Declaração de Salamanca começaram a serem postas em práticas no Brasil através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A partir daí, os alunos com algum tipo de deficiência começaram a ganhar espaço nas escolas regulares de ensino. Porém, podemos observar alguns problemas e dificuldades nesse processo de inclusão, como: “a eficácia da metodologia aplicada; a falta de recursos e de infraestrutura; as jornadas de trabalho excessivas; os limites da formação profissional e o número elevado de alunos por sala de aula; etc.” (FACION et al, 2008, p.145 apud BARROS e OLIVEIRA 2012).

O procedimento de inclusão teve início com o objetivo de acabar com a exclusão social, criando movimentos que fizessem funcionar a integração nas escolas, onde crianças com necessidades educativas especiais pudessem começar a frequentar as escolas regulares. Porém, o aluno era visto e tido como próprio responsável por suas dificuldades e problemas dentro desse ambiente escolar, ocorrendo, por muitas das vezes, a exclusão, ao invés de inclusão.

Um movimento de inclusão criado nos anos 90, após muitas tentativas, defendia uma adaptação necessária ao aluno com deficiência, onde a responsabilidade não seria unicamente do aluno, mas principalmente de todos que fazem parte do ambiente escolar.

Ao serem inseridos nas escolas, percebem que a questão da inclusão escolar funciona muito bem apenas no papel, na prática, é diferente.

“A realidade tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar – fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais –, de salas e de professores de apoio deixam a questão

da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria” (MACIEL, 2000, p.16).

Muitas pessoas argumentam ser fácil o processo de inclusão escolar, onde defendem que é apenas inserir o aluno na classe, e está tudo certo. Porém, a pessoa com deficiência necessita de uma atenção e educação especial, por terem uma maior dificuldade em aprender e entender o que está sendo transmitido. A partir do momento em que entram para a escola, essas crianças terão que unir-se e participar de três estruturas da dinâmica escolar, sendo elas: o ambiente de aprendizagem, a integração professor-aluno, e a interação aluno-aluno. E só depois de passar por esse processo, e analisar como é a adequação dessas três estruturas, que é realizado um levantamento se essas alternativas irão possibilitar e beneficiar o desenvolvimento do aluno, dando início ao processo de inclusão escolar.

Para que seja realizada todos os tipos de inter-relação, principalmente entre o professor e o aluno, é de suma importância que o professor tenha conhecimento sobre o tipo de deficiência, procure se informar mais sobre as causas e características, e saiba como lidar com esse aluno, fazendo com que o mesmo se sinta à vontade e elimine todos seus medos e inseguranças. Além da integração com o aluno, é importante também que o professor e toda equipe diretiva conversem com os pais, para conhecerem mais sobre a história da criança, quais suas maiores necessidades e dificuldades, e até mesmo que seja transmitido segurança e confiança para os pais.

Segundo Maciel (2000), a interação professor-aluno só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo ao professor favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

“A interação aluno-aluno traz à tona as diferenças interpessoais, as realidades e experiências distintas que os mesmos trazem do ambiente familiar, a forma como eles lidam com o diferente, os preconceitos e a falta de paciência em aceitar o outro como ele é. Todos os alunos das classes regulares devem receber orientações sobre a questão da deficiência e as formas de convivência que respeitem as diferenças, o que não é tarefa fácil, mas possível de ser realizada. Levar os alunos de classes regulares a aceitarem e respeitarem os portadores de deficiência é um ato de cidadania.” (MACIEL, 2000, p.9)

Assim como deve ser discutido em casa, entre família, também é papel dos profissionais das escolas, conversar com os alunos sobre os tipos de deficiências, as características e causas de cada um, conscientizando-os sobre a inclusão escolar e social, reprimindo com qualquer tipo de preconceito.

## **AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

A adaptação dos professores em seus planejamentos, de maneira que possa atender a todos os alunos de maneira significativa, torna-se uma situação mais complexa quando a escola não oferece recursos pedagógicos e infraestrutura adaptados.

A partir do momento em que um aluno com algum tipo de necessidade especial é inserido em uma escola, as dificuldades não farão parte apenas da vida da criança, mas também do educador responsável, e de todos os funcionários daquela escola. Além do mais, os outros colegas de turma, assim como os professores, não possuem uma preparação sobre como aceitar, lidar ou brincar com as crianças com deficiências. Pode-se citar também as dimensões físicas do espaço que compõem a área escolar, onde faz-se necessário uma arquitetura adequada, que permita a fácil locomoção das crianças, o que nem sempre é encontrado.

Assim, faz-se necessário avaliar se o espaço de aprendizagem é adequado para o ensino do aluno, como apresentação de recursos audiovisuais, se foram retiradas barreiras que possam atrapalhar e/ou oferecer algum risco no trajeto do aluno, se existem salas de apoio pedagógico e acompanhamento complementar, e acima de tudo, se os funcionários estão capacitados e dispostos a acolher a pessoa com deficiência de maneira respeitosa. É importante também que tanto o professor, quanto os demais funcionários da escola, tenham conhecimentos básicos sobre as deficiências, procurem se informar mais sobre como lidar com essas crianças, e busque saber mais sobre o aluno, como surgiu a deficiência (idade, se foi repentina ou gradativa, as funções mais prejudicadas). Um grande problema nos tempos atuais sobre inclusão de crianças deficientes no âmbito escolar é a falta de conhecimento dos

professores, que não possuem formação apropriada para lidar com esse tipo de desafio. Muitas vezes, as instruções sobre os cuidados específicos com a criança deficiente, é dada pela própria família da criança, o que reforça a importância da relação da família com a escola. A ausência dessas informações durante o momento de formação dos professores, podem cooperar para que ocorra um aumento no preconceito dentro da sala de aula e desperte medo nos professores, em situações:

“[...] que poderiam ser evitadas em sala de aula, como por exemplo, uma deformidade do pé por um posicionamento incorreto, pânico na turma diante de um colega que desenvolve uma crise convulsiva, ferimentos na pele em decorrência de uma transferência de uma criança cadeirante de forma inadequada, entre outros.” (MELO, 2009, p.21)

Ao citar possibilidades desses tipos de situações ocorrerem, torna-se indispensáveis investimentos em cursos ou qualquer outro tipo de programa de formação que capacite os professores para essas situações, pois mesmo tendo passado pela formação acadêmica, a mesma não o capacita suficientemente para lidar com esses tipos de desafios. Essa atitude deve partir, antes de tudo, dos próprios professores, onde deve haver um interesse em buscar novos conhecimentos, não só na área de deficiências, mas em demais áreas que ofereçam insegurança em como lidar com determinadas situações.

Além disso, é importante ressaltar que a inclusão de conteúdos relacionados a “deficiência na formação dos professores vem sendo recomendada desde 1994, de acordo com a portaria 1793/94, que destaca a necessidade de complementar os currículos de formação dos docentes” (BRASIL, 1994 apud MELO, 2009), podendo colaborar na vida do docente não só como lidar com alunos deficientes, mas também na elaboração de atividades que possam atender qualquer aluno.

Porém, é possível adequar a metodologia utilizada, de maneira que possa atender todos os alunos, como por exemplo: procurar saber por quanto tempo o aluno consegue permanecer atento as atividades que serão propostas, adequando-as a esse tempo; os maiores interesses da criança com deficiência, incluindo atividades que trabalhem e despertem esses interesses nas atividades

já planejadas; adaptação de materiais; propor atividades que incentivem a criatividade de todos da turma.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PROCESSO DE INCLUSÃO**

A Educação Física Escolar é parte da cultura humana, sendo constituída por áreas que estudam e atuam diretamente com práticas ligadas ao corpo e ao movimento, como, por exemplo: os jogos, as ginásticas, as lutas, as danças e os esportes. Nessas aulas, deve ser respeitado o que cada aluno traz consigo, lhe proporcionando autoconfiança e autonomia. A partir disso, o professor de Educação Física se depara com diversos desafios, pois há a necessidade de elaborar exercícios específicos que possam atender e incluir os alunos com deficiência.

A Educação Física é uma ferramenta educacional de interação e cooperação para ser trabalhado e com o intuito de atender a todos independentemente sua classe social, e desenvolver atividades físicas, recreativas e psicomotoras que desenvolvam as habilidades que socializem as potencialidades individuais de cada aluno. (DA SILVA, 2017, p.185)

As atividades realizadas na educação física inclusiva devem trabalhar princípios como cooperação, sociabilidade, ludicidade, devendo favorecer e atender a diversidade, evitando sentimentos de incapacidade e frustração.

Com todos os movimentos criados para atender da melhor maneira as pessoas com deficiência, e incluí-las na sociedade e nas escolas, a Educação Física também criou uma área para atender os alunos que chegavam às escolas necessitando de um atendimento e educação especial. Sendo criada a Educação Física Adaptada, que é uma área que trata da motricidade humana das pessoas com necessidades educativas especiais, onde são adaptados os métodos de acordo com as particularidades de cada um.

É necessário fazer criar e despertar uma autoconfiança do aluno, onde ele acredite que pode realizar o que está sendo proposto. Para isso, deve-se ter a atenção do professor em não levar atividades complexas e que possam surgir dúvidas quanto à capacidade dos alunos. Levar jogos adaptados, onde seja visível que a vivência e interação entre as diversidades podem gerar diversão e

respeito, levando em conta as particularidades e limitações de cada aluno, proporcionando aos alunos com deficiência a mesma participação efetiva em jogos e brincadeiras que os alunos que não possuam nenhum tipo de deficiência.

Sobre a Educação Física Adaptada, podemos falar que surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o aluno com deficiência e outras necessidades especiais. A inclusão dessa disciplina nos cursos de Educação Física, ainda é recente, o que torna mais difícil a atuação de professores mais antigos, que não receberam em sua formação informações sobre a Educação Física Adaptada, tornando os professores inseguros e despreparados para receber alunos com algum tipo de deficiência.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S, 1997) o ensino da Educação Física deve respeitar o que a criança traz em si mesma, uma educação que priorize poderes sobre ela, desafiando-a a que lhe dê autodomínio, autoconfiança e autonomia. "Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados" (CIDADE; FREITAS, 2002).

Dessa maneira, com a criação da Educação Física Adaptada, os alunos com deficiência, passaram a exercitar seus corpos e praticar atividades propostas em aula, antes sendo dispensados dessas aulas.

Cabe um grande e importante papel ao professor de educação física, que é encarar esse desafio de maneira natural, apesar de encontrar algumas dificuldades, como no caso, elaborar atividades de acordo com as necessidades especiais do aluno deficiente, devendo ficar atento para que o aluno se sinta incluído e capaz de realizar qualquer atividade proposta. A Educação Física Adaptada não se diferencia muito da Educação Física comum, porém deve haver algumas modificações nas atividades, para que os alunos com deficiência sejam capazes de realizá-las. Além disso, nas aulas de educação física inclusiva, não serão encontrados ambientes voltados para desenvolvimentos de atletas, nem mesmo competitivos, evitando criar resistências à inclusão de alunos vistos como menos capazes.

É uma aula que deve colaborar para o desenvolvimento de aspectos sociais, ética e moral dentro da escola, onde deverão ser propostas atividades lúdicas que sirvam de auxílio para desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, e até mesmo esportivas, sendo levada em consideração e respeitada as faixas etárias e particularidades de cada criança, “pois este é o papel do professor de Educação física, promover a inclusão, fazer com que as pessoas consigam superar seus limites” (ESCOBAR, et al, 2017).

A convivência e proximidade das crianças nessas aulas faz-se necessário que haja o contato físico entre as mesmas, o que as faz enxergar que as crianças com deficiência física são pessoas como as outras, porém que possuem apenas algumas limitações. Atividades como jogos em equipe, ou brincadeiras em grupo, geram integração social entre as crianças. Além do papel social que a educação física proporciona, ela colabora para o desenvolvimento da autonomia de crianças que possuem necessidades especiais, o que facilita realização de atividades no seu cotidiano, instaurando o sentimento de capacidade. O professor deve acreditar na sua capacidade de mudar a realidade de cada indivíduo através de seu trabalho, devendo motivar os alunos através da sua atuação pedagógica.

Infelizmente, existem alguns empecilhos que atrapalham o bom desenvolvimento e elaboração das aulas, como por exemplo, ambiente e materiais adaptados. Mas é importante que parta da atitude do professor, procurar tomar conhecimentos básicos sobre seus alunos como, por exemplo, em que idade surgiu a deficiência, se foi congênita ou adquirida. Além disso, deve haver uma atenção do professor em relação ao bem-estar do aluno. No caso de um aluno com deficiência visual, verificar se ele está bem ciente do espaço físico, sobre o percurso, e evitar realizar atividades em locais que apresentem risco de tombos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo relata que a inclusão escolar possui inúmeros benefícios para as crianças com algum tipo de deficiência, onde são permitidas vivências

de situações de aprendizagens que não seriam oferecidas em escolas especiais, além de que é benéfico o convívio com crianças que não possuam nenhum tipo de deficiência. Através da criação da Educação Física Adaptada, foi possível oportunizar ao aluno com deficiência a vivenciar e ter opções de práticas esportivas, mostrando como essas atividades podem contribuir na melhoria da qualidade de vida, nos aspectos físicos e sociais. A intenção da inclusão é altamente importante na vida das crianças com deficiência, porém, a maneira como as mesmas vêm sendo incluídas nas escolas não é colocada em prática da maneira mais adequada e esperada, sendo relevante a adequação de arquitetura, formação continuada de professores e conhecimentos dos funcionários das escolas sobre suporte e orientação.

É um tema em que a sociedade está em plena atenção, pois atualmente a maior parte da população é leiga sobre as capacidades dessas crianças, desacreditando na interação no âmbito escolar. Ainda existem muitos empecilhos para uma qualidade de ensino para estes estudantes no meio escolar, devendo assim a escola estar preparada para atendê-los e oportunizando-os no desenvolvimento de suas habilidades, em ser respeitadas e ter direitos e deveres igual a todos. Posteriormente através de estudos realizados na área, por meio de referências bibliográficas, é possível identificar que os deficientes eram estabelecidos como seres incapazes e sem valor para sociedade, mas com o decorrer dos anos vão se fortificando, e tendo seus direitos garantidos por leis. Sendo assim, é necessário que exista uma inclusão verdadeira, onde a escola esteja preparada fisicamente e pedagogicamente para que forme cidadãos sem preconceito, compreendendo que todos possuem direitos e deveres iguais, e mereçam respeito. Conclui-se que o processo de inclusão é atual, pois existe a carência de mão de obra qualificada por conta dos educadores e falta de infraestrutura nas escolas, principalmente nas aulas de educação física, onde na maioria das vezes, o professor tem que improvisar as aulas por falta de espaço e materiais adaptados. Assim a inclusão escolar de alunos deficientes torna-se um processo de transformação e aceitação perante a sociedade, precisando cada vez mais de evolução na garantia de um ensino melhor para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de et al. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2005.

BARROS, K. R. S.; OLIVEIRA, S. S. **Desafios e dificuldades na formação do professor diante de alunos com deficiência inseridos em salas regulares.** Semana da Educação da Universidade Estadual de Londrina, Anais da Semana da Educação da Universidade Estadual de Londrina, p. 944-964, 2012.

BIANCONI, Elizabeth de Cássica; MUNSTER, Mey de Abreu Van. **EDUCAÇÃO FÍSICA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR,** 2009.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola.** Revista Integração, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002.

Da Silva, Marielle. **"EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E INCLUSIVA."** Revista Magsul de Educação Física na Fronteira 1.1 (2017), p. 185.

DE ALMEIDA, Késia Pontes; DE PAULA, Bruno Rocha. **CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO.** 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica, Uberlândia, 2008.

ESCOBAR, Anderson; KLIDZIO, Paulo RC. **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO.** Revista Magsul De Educação Física na Fronteira, Ponta Porã, v.2, n.1, 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) **"Censo Demográfico - 2000 -Tabulação Avançada - Resultados Preliminares da Amostra"**, Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.sht>, acessado em 23 de setembro de 2017

LDB (Lei de Diretrizes e Bases) “**Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**”, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf), acessado em 14 de julho de 2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2010.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FERREIRA, Caline Cristine de Araújo. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras**. Rev. bras. educ. espec, p. 121-140, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes educação física adaptada**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2014.

SILVA, F. N. R. E VOLPINI, M. N. **Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios**. UNIFAFIBE, São Paulo, 2014.

SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.